

CPI- Empreiteiras **Furacão à vista**

CORREIO BRAZILIENSE

Wagner Teixeira

26 JAN 1994

Quem entende dos meandros políticos de Brasília afirma que os próximos momentos de escândalos surgirão na CPI das Empreiteiras. Desta vez, dezenas de empresas serão chamadas às falas inquisitoriais e centenas de pessoas envolvidas terão seus nomes revelados à imprensa, desde humildes secretárias até executivos de altos escalões do serviço público e das empresas privadas. Segundo a opinião de um observador do Congresso há cerca de 30 anos, quem ficou chocado com as revelações da CPI do Orçamento deve preparar-se emocionalmente para os fatos que virão a lume quando estiver funcionando a CPI das Empreiteiras.

Tudo se passa como se um experimentado marinheiro, postado na gávea de uma embarcação, gritesse para os companheiros: furacão à vista! Em seguida ao pânico, muito natural nestas horas, seria tomada uma série de providências, algumas perfeitamente inúteis, pois a natureza, quando em revolta, costuma ser selvagem e não atenta para as cautelas humanas. Mormente quando assume a forma de um furacão.

Esta é a imagem do que vem por aí nos próximos meses. O que esperar de um exame em profundidade de um setor que, no momento, se dedica a 60 mil obras públicas em todo o território nacional? Que repercussões terá sobre a honra de alguns milhares de servidores do Governo a demonstração de seus bens pessoais, adquiridos em muito pouco tempo, comparando-se seus proventos com o grande poder aquisitivo? E, por último, o que acontecerá à Nação depois que for provado, por deputados e senadores ativistas, que são poucas as autoridades e raros os políticos que resistem às técnicas de corrupção e envolvimento dos agentes das empreiteiras? É difícil responder a estas indagações. Não custa esperar um pouco e preparar-se para o estupor geral.

O grande problema consistirá em querer fazer dos empreiteiros — de obras públicas, convém ressaltar — o grande bode expiatório da corrupção geral. É evidente que, se os bancos e a indústria farmacêutica, por exemplo, forem objeto de uma investigação rigorosa, informações aterradoras poderão ser levadas à opinião pública. A questão básica consistirá, depois, em determinar que tipo de remédio (punições) deve ser aplicado aos infratores das leis e aos que abusam dos clientes e usuários.

Há décadas, os empreiteiros vêm corrompendo o aparelho de Estado, não só para conquistar obras, mas também para receber as faturas por trabalhos já realizados. Ao longo do tempo, criou-se uma cadeia de dificuldades, cujo rompimento encarece os custos empresariais. Além do mais, os pagamentos geralmente efetuados com atraso, num regime inflacionário, geraram e consolidaram, como prática normal, o superfaturamento, aceito pela parte governamental sem mais discussões.

Com tanta gente envolvida no sistema de relações entre as empreiteiras e os governos — federal, estadual e municipal — é justo indagar: tem o País capacidade de afrontar novas pressões, sem soçobrar em mar encapelado, açoitado por um furacão sem precedentes? Se isso acontecer, não haverá o perigo de surgirem “salvadores”, guardiões da moral e dos costumes, dispostos a fechar o Congresso e as instituições que garantem o regime democrático, o Judiciário inclusive?

Com um escândalo após o outro, um país não constrói o seu destino histórico. É preciso dar tempo aos cidadãos para que eles absorvam todo o labéu das falcatuas e voltem a sonhar e a construir suas vidas segundo modelos de respeito aos valores do trabalho e aos princípios morais.